

1ª Fase – PROVA OBJETIVA

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 1 - A respeito da propriedade e da posse, assinale a alternativa correta:

- A. As concepções doutrinárias que entendem a função social como limite externo ao direito de propriedade, e que não integra o seu conceito, não admitem a tese de que a propriedade é função social.
- B. A função social da propriedade rural na Constituição de 1988 não impõe prestações positivas ao titular da propriedade, mas apenas limites relativos ao uso da propriedade.
- C. A função social da posse decorre da concepção de Savigny sobre a posse como fato, que recebe proteção jurídica pela finalidade que realiza, independentemente da caracterização do *animus domini*.
- D. A função social da propriedade urbana, por não ter status constitucional, é definida apenas pelas normas do Código Civil e da legislação especial, contemplando, apenas, os limites ao direito de construir e o cumprimento da legislação ambiental.
- E. A função social da posse se reflete no fundamento da proteção possessória como guarda avançada da propriedade, de modo que a posse cumpre sua dimensão finalística quando assegura a higidez do direito de propriedade.

QUESTÃO 2 - A respeito do Direito de Família contemporâneo, assinale a alternativa correta:

- A. O parentesco socioafetivo não é admitido pela jurisprudência brasileira, sendo reiterada, sobretudo no STJ, a afirmação sobre sua ausência de base legal, bem como a prevalência absoluta do vínculo biológico como apto a gerar o verdadeiro parentesco.

- B. O reconhecimento jurídico das uniões estáveis homoafetivas tem se operado na seara dos efeitos pessoais e patrimoniais entre os companheiros, embora a jurisprudência não venha admitindo a adoção por casais homossexuais.
- C. A concepção eudemonista de família preconiza o caráter institucional da entidade familiar, como base da sociedade, centrada no casamento, embora não seja incompatível com o reconhecimento das uniões estáveis e das famílias monoparentais.
- D. O debate contemporâneo sobre as entidades familiares abarca a polêmica sobre a constitucionalidade ou não de o legislador estabelecer tratamento sucessório diferenciado para o casamento e a união estável.
- E. O debate sobre a possibilidade de reconhecimento da poliafetividade e das famílias simultâneas é essencialmente de *lege ferenda*, inexistindo na doutrina a defesa sobre a possibilidade de reconhecimento jurídico de tais arranjos à luz da ordem constitucional vigente.

QUESTÃO 3 - Sobre o conceito de ato ilícito e a responsabilidade civil, analise as assertivas abaixo:

I – É objetiva a responsabilidade civil derivada de danos causados pelo agente no exercício de atividade por ele habitualmente desenvolvida, e que, por sua natureza, gera riscos aos direitos de outrem.

III - Há ato ilícito no exercício de um direito de modo a exceder manifestamente os limites impostos pela boa-fé objetiva e pela função social, sendo indispensável, porém, nesses casos, para fins de responsabilização civil, a cabal demonstração do propósito de emulação.

II – A responsabilização civil pelo ato ilícito que consista em ação ou omissão voluntária causadora de dano será sempre objetiva.

Assinale a alternativa correta:

- A. Todas as assertivas estão corretas.
- B. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- C. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- D. Apenas a assertiva III está correta.
- E. Apenas a assertiva I está correta.

QUESTÃO 4 - Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- A. A tutela geral dos direitos da personalidade não é adotada pelo Direito Brasileiro, que optou pela tutela tipificadora, no âmbito do Código Civil, sem a previsão de uma cláusula geral de proteção ao livre desenvolvimento da personalidade.
- B. A proteção ao nome da pessoa natural se estende aos pseudônimos adotados para atividades lícitas.
- C. A inviolabilidade da vida privada conduziu a jurisprudência brasileira, especialmente o Supremo Tribunal Federal, a exigir prévia autorização para a publicação de biografias.
- D. Os direitos da personalidade do morto são exercidos em nome do respectivo espólio.
- E. É consensual na doutrina brasileira o entendimento de que o direito à identidade pessoal somente permite a mudança do nome e do gênero da pessoa transexual mediante a autorização prévia para a realizar da cirurgia de transgenitalização, antes da qual não se pode reconhecer sequer o direito ao uso do nome social.

QUESTÃO 5 - A partir da sistemática adotada pela codificação civil brasileira, separando nulidade absoluta da nulidade relativa, é possível afirmar em relação a essas duas categorias que:

- A. enquanto o negócio jurídico anulável nenhum efeito produz, o negócio jurídico nulo, diferentemente, não representa uma espécie natimorta, sendo que os efeitos da nulidade absoluta só se produzem depois de julgada por sentença;
- B. o ato anulável pode ser pronunciado de ofício e o ato nulo pode ter sua invalidade suprida pelo juiz;
- C. trata-se de construção doutrinária, não se encontrando realmente tal diferenciação na legislação nacional;
- D. enquanto a nulidade absoluta é alegável por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, a anulabilidade do ato, só é argüível pelos interessados;
- E. enquanto a anulabilidade não é suscetível de convaler pela prescrição, a nulidade absoluta não é perpétua, especialmente em se tratando de inexistência, inclusive no caso do casamento celebrado por juiz incompetente.

QUESTÃO 6 - Sobre a pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- A. O sistema de reconhecimento jurídico da personalidade das pessoas jurídicas adotado pelo Direito positivo brasileiro é, como regra, o reconhecimento específico, ou por autorização, sendo excepcional o reconhecimento normativo condicionado.
- B. A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica ocorrerá sempre que a separação entre os patrimônios do sócio e da pessoa jurídica gerar obstáculo à reparação civil por quaisquer danos causados pela atividade da pessoa jurídica a terceiros.

- C. As empresas individuais de responsabilidade limitada são qualificadas pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito privado.
- D. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- E. A desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica equivale, em todos os seus efeitos, à extinção da personalidade, propiciando que os sócios ou administradores sejam responsabilizados por todas as obrigações que foram anteriormente inadimplidas pela pessoa jurídica.

QUESTÃO 7 - Sobre a principiologia contratual contemporânea, assinale a alternativa correta:

- A. O binômio lealdade e confiança compõe o conteúdo do princípio da boa-fé subjetiva, que impõe ao declaratório a crença na intenção consubstanciada na declaração exarada pela outra parte.
- B. A força obrigatória dos contratos remanesce vinculada ao brocardo *pacta sunt servanda*, tendo por fundamento o dogma da vontade.
- C. A liberdade contratual, como expressão da autonomia privada, será sempre ilimitada no âmbito dos contratos paritários, uma vez que as limitações por normas de ordem pública somente são admitidas quando em proveito da parte aderente ou da parte presumivelmente vulnerável.
- D. A função integrativa da boa-fé objetiva impõe deveres laterais aos contratantes, cujo incumprimento pode ensejar a violação positiva da obrigação.
- E. A função de controle da boa-fé objetiva tem como figura parcelar a função social do contrato.

QUESTÃO 8 - A respeito da capacidade de direito e da capacidade de exercício, assinale a alternativa correta:

- A. A norma do artigo 1º do Código Civil que dispõe que “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil” se refere exclusivamente à capacidade de exercício.
- B. Os que por enfermidade ou doença mental não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil são qualificados pela legislação vigente como absolutamente incapazes.
- C. A capacidade legal da pessoa com deficiência mental não impede que seja ela protegida em seus interesses patrimoniais por meio da curatela.
- D. As pessoas jurídicas não têm capacidade de direito, embora seja-lhes atribuída capacidade extraordinária de exercício.
- E. Não há, no Direito Brasileiro, entes despersonalizados dotados de capacidade, uma vez que somente detêm tal qualidade aqueles que possuem personalidade jurídica.

QUESTÃO 9 - A respeito dos negócios jurídicos, analise as assertivas abaixo:

I – A reserva mental é, em regra, causa de nulidade dos negócios jurídicos.

II – Na coação, como vício do consentimento, afere-se a gravidade da ameaça tomando-se como base o padrão médio de conduta dos indivíduos em sociedade.

III – O dolo eventual não invalida o negócio jurídico, mas pode ensejar responsabilização civil.

Assinale a alternativa correta:

- A. Todas as assertivas estão corretas.
- B. Todas as assertivas estão incorretas.
- C. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D. Apenas a assertiva III está correta.
- E. Apenas a assertiva I está correta.

QUESTÃO 10 - Sobre a constitucionalização do Direito Civil, analise as assertivas abaixo:

I – A unidade do ordenamento é pressuposto da constitucionalização do Direito Civil, sendo possível afirmar, à luz dessa corrente doutrinária, que a aplicação de uma norma infraconstitucional sempre deve se dar em conjunto com a aplicação da própria Constituição.

II – A constitucionalização do Direito Civil toma como pressuposto lógico a manutenção da distinção estrutural do sistema jurídico em Direito Público e Direito Privado, admitindo, porém, aplicação mediata da Constituição sobre as relações privadas, por meio da força irradiadora das normas constitucionais.

III - O controle difuso de inconstitucionalidade é mecanismo incompatível com os pressupostos da constitucionalização do Direito Civil.

Assinale a alternativa correta:

- A. Todas as assertivas estão corretas.
- B. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- C. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- D. Apenas a assertiva III está correta.
- E. Apenas a assertiva I está correta.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado

Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

GABARITO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	D	E	B	D	C	D	C	D	E